

***EXTRATIVISTAS NA RESERVA RIO
OURO PRETO/RO: AGENTES DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL OU
GUARDIÕES DA FLORESTA ?¹***

Pedro Franzon ²

RESUMO: Análise resultante de um trabalho investigativo a partir do contexto sócio-econômico sobre perspectivas de sustentabilidade na Reserva Extrativista Rio Ouro Preto-Ro, demonstrando que as dificuldades de operacionanlização na Resex tem inviabilizado os moradores a tornarem- se agentes do desenvolvimento regional.

PALAVRAS-Chave: Populações extrativistas; desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT: Analysis resulting from an investigative work from the context economic social about the perspectives of sustainability in Extrativist Reserve of Rio Ouro Preto-Ro, demonstrating that the difficulties of operating in Extrativist Reserve has become impossible for the residents to become agents of the regional development.

KEYWORD: Populations extrativistas; maintainable development.

As sociedades ocidentalizadas têm experimentado várias noções de desenvolvimento. Suas primeiras idéias eram aplicadas a partir do conceito de progresso, o qual, herdamos ainda do positivismo, constituindo-se em uma das bases dos enfoques tradicionais de desenvolvimento existentes no mundo moderno. A noção de desenvolvimento trás a idéia implícita de

¹ Este artigo é resultado de uma pesquisa no Mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal de Rondônia- UNIR, sob orientação da Prof^a Dr^a Arneide Bandeira Cemin.

² - Mestrando em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal de Rondônia- UNIR.

que as sociedades podem progredir indefinidamente para níveis cada vez mais elevados de riqueza material. Esse modelo tem como base a crença na razão, no conhecimento técnico científico, como instrumento essencial para se conhecer a natureza e colocá-la a serviço do homem.

Predomina nesta orientação de desenvolvimento a aceitação do valor de crescimento econômico e de avanço tecnológico (Dantas, 1995), mas pela própria dinâmica engendrada por tais relações sociais, passamos a refletir sobre outros enfoques de desenvolvimento: como crescimento, como etapa e como mudança estrutural:

No Desenvolvimento como crescimento, este se equipara a níveis de produção e consumo dos materiais medidos por indicadores como produto nacional bruto e renda *per capita*.

No Desenvolvimento como etapa, ele é visto constituído por uma série sucessiva de etapas históricas que os países não desenvolvidos devem atravessar, para passar de uma sociedade tradicional para uma moderna e, finalmente, para a de consumo de massa.

Já no Desenvolvimento como processo de mudança estrutural, o desenvolvimento não é considerado como um processo mecânico, mas implica em mudanças sociais e políticas estruturais (Dantas, 1995).

Dentre os enfoques acima mencionados, o Desenvolvimento Sustentável se aproxima do desenvolvimento como processo, já que este implica em mudanças sociais e políticas estruturais. Sociais, porque pensa um desenvolvimento que considere o melhoramento das condições de vida do conjunto da população, e não apenas como expansão das forças produtivas (crescimento econômico) como propõe o enfoque mecânico tradicional. Políticas estruturais, porque reordena os modelos de gestão e poder, introduzindo a idéia da participação comunitária, como é o caso das Reservas extrativistas, organizadas num novo modelo capaz de promover novas formas de interação e articulação de um novo espaço social. Nelas o extrativista possui a concessão de uso do espaço da Reserva para trabalhar, retirar desse espaço seu sustento, comercializar o excedente e deve conservar o equilíbrio ecológico.

A idéia de desenvolvimento sustentável encontra-se associada a uma outra idéia resultante de reflexões que envolvem o questionamento sobre "limites de crescimento".

Teses anteriores elaboradas sobre o pressuposto do crescimento irrestrito, começaram a ser questionadas fazendo surgir um debate global em torno de alternativas viáveis de desenvolvimento . A procura por um novo modelo, outra referência começava a tornar-se urgente uma vez que era incompatível o modelo vigente. Outras alternativas representavam também um novo paradigma para o desenvolvimento. A compreensão de que seria necessário modificar a tendência de crescimento irrestrito e formar uma condição de estabilidade ecológica e econômica que pudesse manter até um futuro remoto, deu início a várias reflexões no âmbito do homem e sua relação com a natureza.

Vários foram os conflitos e opiniões divergentes, principalmente a tese de que as sociedades ocidentais, depois de um século de crescimento industrial acelerado, fecharam o caminho do desenvolvimento para os países pobres, justificando essa prática com uma retórica ecologista (Viola,1966).

A busca por uma nova alternativa de desenvolvimento negava o imaginário do modelo de desenvolvimento vigente. Uma crítica da sociedade industrial e conseqüentemente uma crítica da modernização industrial como método de desenvolvimento das regiões periféricas virou parte integrante de uma nova concepção de crescimento (Viola,1996).

É nesse contexto que surge a proposta de *Ecodesenvolvimento*, empregado pela primeira vez pelo canadense Maurice Strong que a utilizou em 1973, passando essa noção a caracterizar uma concepção alternativa de política de desenvolvimento, mas foi Ignacy Sachs quem formulou os princípios básicos desta nova visão de desenvolvimento pautados nos seguintes aspectos: satisfação das necessidades básicas; solidariedade com as gerações futuras; participação da população envolvida; pReservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas e programas de educação. A partir desses princípios básicos, estavam formuladas as idéias que convergiram mais tarde para a noção das Reservas extrativistas.

Os debates desses autores como ressalta Viola (1996), prepararam a adoção posterior do *desenvolvimento sustentável*, como sinônimo de desenvolvimento. No entanto, o que torna interessante esse novo conceito é que a idéia de desenvolvimento sustentado passou a expressar uma conotação extremamente

positiva, que sinaliza uma alternativa às teorias e aos modelos tradicionais do desenvolvimento.

Nesse sentido, a problemática do desenvolvimento, voltou-se a partir da década de 70, mais precisamente para os problemas ambientais, entendendo que não adianta salvar a economia das sociedades nem a população da miséria e do desemprego, se não pensarmos também na preservação do meio ambiente. Assim, as relações passam a reivindicar processos de mudanças que acabam por fazer surgir à necessidade de ampliação na idéia de desenvolvimento. Chegamos então a alternativa de um “Desenvolvimento Sustentável”.

É claro, no entanto, que as questões não se colocam de forma tão simples, já que essa noção também incorre em controvérsias, no entanto, a nova perspectiva de desenvolvimento aponta-nos que nesse paradigma estamos descobrindo formas de interação social e redescobrimo outras formas de sociabilidade, expressando assim, o surgimento de novos processos humanitários, o que não deixa de implicar em formas educativas para as populações comprometidas com esse modelo:

Propõe-se um desenvolvimento sustentável, que aponte para sociedades mais justas e ecologicamente sadias (...) as populações já não suportam “pagar” custos tão elevados pela degradação ambiental e social quase que irreparáveis. O planeta apresenta uma população crescente, miséria em expansão e uma poluição cada vez mais devastadora (Dantas, 1995:11).

Não existe uma única definição de sistema sustentável, a sustentabilidade é considerada por Dantas (1995) como um princípio ético e normativo. No Relatório de Haia, Pronk & Hag (1992) entendem que o desenvolvimento sustentável não se direciona exclusivamente para proteção da natureza, implica também um novo conceito de crescimento econômico que forneça justiça e oportunidade aos povos do mundo:

O desenvolvimento sustentável é um conceito abrangente que abarca todas as facetas da vida humana. A implementação de modelos de desenvolvimento sustentável requer alterações e transformações profundas e significativas nas políticas nacionais e globais (Pronk & Hag apud Dantas, 1995:13).

No âmbito das Reservas extrativistas o modelo de desenvolvimento sustentável constitui-se num processo ainda em curso e sua eficiência ainda é uma incógnita para esses novos espaços. É um novo modelo de organização social, que trás os

desafios de cada nova conjuntura, com seus limites, mas também com seu potencial de transformação.

Então o que poderia estar dando errado nas experiências empregadas com base nesse modelo? Quais os seus principais desafios e perspectivas?

Analisando o caso específico da Reserva (*Resex*) Rio Ouro Preto no Município de Guajará-Mirim em Rondônia, que representa a proposta de desenvolvimento sustentável há mais ou menos oito anos desde sua implantação temos um quadro que será descrito a seguir.

Em termos econômicos, a *Resex* tem sua população original constituída de seringueiros que sobreviviam do extrativismo. A queda do preço da borracha tornou a atividade do extrativismo do látex impraticável, devido ao baixíssimo rendimento e os altos custos dessa atividade.

A necessidade de se buscar novas alternativas econômicas, já que o extrativismo tem se tornado economicamente inviável, tem promovido a aproximação desses moradores com as práticas da agricultura, abdicam as práticas extrativistas para adotarem a lavoura branca.

A pequena produção familiar, através da qual a economia se processa nesse modelo tem enfrentado questões práticas, ou seja, de como escoar os produtos excedentes da sua produção. A interligação comercial da *Resex* com a cidade de Guajará-Mirim tem sido inviabilizada por motivos operacionais, tais como ausência de uma cadeia de ligação com o mercado e o custo dos transportes.

Em termos sociais, os reflexos dessas injunções têm produzido um nível de insegurança social dentro da Reserva, uma vez que os mais jovens deixam a Reserva e partem em busca de emprego e de estudo nas cidades de Guajará-Mirim, Porto Velho e outras cidades da região, provocando ameaça para a reprodução social desse segmento, pois com a perda da força de trabalho dos mais jovens o que fica ameaçado também é a capacidade de sobrevivência da unidade familiar como unidade de produção.

Em termos culturais, a necessidade de buscar novas alternativas econômicas na agricultura de subsistência faz com que esses comecem a buscar o imaginário de colono.³ Essas questões, no entanto, não deixam de ocorrer sem conflitos,

³ Colono é a categoria de auto-denominação, apreendida na pesquisa de campo, que reflete contraposição entre modos de vida, designando, no caso em questão, as contradições entre o modo de vida extrativista e o modo de vida agrícola na *Resex*.

imaginam-se e indicam ações de um processo de reconversão de extrativista à colono. Resistem a essa idéia, trata-se de pessoas que já tem internalizadas práticas que determinaram todo um sistema social advindos dos valores de uma vida econômica tipicamente extrativista, baseada na ação de coletar o que a natureza já produz. O que se constata é uma relação contraditória e ambígua, pois mesmo não podendo mais ser seringueiro o imaginário do seringal é algo presente no cotidiano desses que hoje se auto-denominam colonos. Apesar da condição de seringueiro persistir no imaginário, é na ordem da estratégia de reconversão a colono, que ele consegue assegurar sua sobrevivência física.

No plano político, internamente, verificou-se situações de disputas políticas na organização das associações de moradores na Reserva. A primeira associação criada juntamente com a Reserva era a ASGM (Associação dos Seringueiros de Guajará-Mirim) que foi substituída pela ASROP (Associação dos Seringueiros da Reserva Rio Ouro Preto), e no ano de 2.000 verificou-se o surgimento de outra associação a ASAEX (Associação Agroextrativista). A ASAEX além do extrativismo já trabalha com projetos direcionados a pequena agricultura, evidenciando o quadro que eles indicam ser de transformação de extrativistas em colonos.

A criação de diferentes associações vem evidenciando mudanças no quadro das relações internas e vem expressando impasses quanto ao seu destino sustentável, tendo duas associações com projetos diferentes. Situações essas que expressam não tanto situações de ruptura com a antiga ordem extrativista, mas sobretudo o indício que novas transformações precisam ser desenvolvidas para que se possa garantir sustentabilidade econômica para as populações residentes na *Resex*.

No plano externo, as políticas públicas têm se mostrado pouco eficientes quanto aos anseios dessas populações, os cursos oferecidos, como o de processamento do couro vegetal e outros, municia os moradores quanto aos aspectos técnicos, ensinando como se faz, mas por outro lado, foi comum ouvirmos durante a pesquisa de campo observações dos moradores da *Resex* de que após os cursos não recebiam nenhum incentivo econômico para colocar esses conhecimentos em prática.

Essa questão nos remete a outra em que os termos desenvolvimento e sustentabilidade em seu significado podem incorrer em ambigüidades

(Santos,2002), pois nesse caso os órgãos públicos podem até estar direcionando políticas para a Reserva. Contudo, há de se perguntar que ações políticas estão sintonizadas com os anseios da população que aí reside? O desenvolvimento sustentável da Reserva exige mudanças nas políticas interna e externa, e para isso será necessário afinar-se com as aspirações da população que reside nesses espaços.

Centrando nossas discussões nas conseqüências sócio-econômicas que a “reconversão” possa desencadear, criando a emergência de novas situações-problema, como as que implicam na ausência de comercialização e cadeias de ligação para os produtos resultantes da pequena produção com o mercado. Destacamos como essas relações vem comprometendo o desenvolvimento na Reserva Extrativista Rio Ouro Preto, produzindo um processo de exclusão e isolamento para seus moradores.

Apontamos também como uma das principais causas para o malogro do extrativismo, a descontinuidade das políticas governamentais, em âmbito federal, no que concerne as medidas de apoio e investimentos à pequena produção familiar.

As dificuldades de operacionalização vêm comprometendo o modelo de sustentabilidade em seus vários níveis, mas o que fica mais prejudicado é o nível econômico que atua desarticulando o sistema social garantidor de emprego, o que pode tornar a longo prazo esse modelo inviável no que tange a seus propósitos de desenvolvimento sustentável.

Os principais motivos que levaram ao declínio da Reserva Extrativista Rio Ouro Preto foram: a queda do preço da borracha que até 1997 tinha valor superior a um real por quilo e a partir do ano de 1998 esse valor cai por volta de 0,70 centavos. Aliado a este fator, temos a descontinuidade dos investimentos federais que na época da implantação da *Resex* contava com recursos do Programa para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), que no período de 1995/1999, investiu cerca de 2 milhões de dólares. A partir de 1999 até 2001 o IBAMA passa investir apenas R\$ 150.000,00 por ano, o que equivale a 10% do investimento dos anos anteriores, fato esse que aliado a queda do preço da borracha, levam os extrativistas a praticarem a agricultura de subsistência, que também não encontra viabilidade econômica por não contar com infra-estrutura para o transporte e comercialização.

Diante desse contexto surge o questionamento: extrativistas da Reserva Rio Ouro Preto como “Guardiões da Floresta” ou como “Agentes do Desenvolvimento

Regional” ? Na atual situação, com a inviabilidade econômica da borracha, a falta de incentivos para aprimorar outros produtos extrativos, a ausência de crédito para produção e a falta de infra-estrutura para a comercialização dos produtos, os moradores passam a produzir apenas para a subsistência, tornando-se meros “Guardiões da Floresta”.

Roseli Garcia (2002) ao citar Werner Kornexl especialista florestal do banco mundial, que também já atuou no programa “Reservas Extrativistas”, afirma que a produção de subsistência não é suficiente para manter essas pessoas morando na floresta, é preciso implantar projetos que gerem valor agregado à sua produção, cita como exemplo, a compra de máquinas para beneficiamento de produtos.

Garcia (2002) também cita Regina Cavini, coordenadora do Projeto Negócios Sustentáveis, o braço do PPG7 destinado a expandir a produção na Amazônia diz que as cooperativas enfrentam problemas de ausência de linha de crédito e de distribuição no mercado. “Muitos empreendimentos comunitários sequer conseguem viabilizar a venda de sua produção”.

O Programa Negócios Sustentáveis conta com 2 milhões de Euros, doados pelo governo holandês para executar projetos nos próximos dois anos (Garcia, 2002). Os projetos devem atingir três vertentes: a proposta precisa ser comunitária, usar os recursos naturais de forma sustentável e ser viável economicamente. O programa prevê cursos de capacitação, transferência de tecnologia, estudos setoriais estratégicos e parcerias comerciais. Receberão atenção especial deste programa os setores de beneficiamento de castanha, óleos vegetais, frutas, madeira e borracha. Um dos objetivos do programa é manter os conhecimentos tradicionais com a ocupação de mão-de-obra local.

Outra alternativa é o Ecoturismo que vem ocupando espaço importante no desenvolvimento sustentável da Amazônia. Essa atividade educa, fixa o homem na região, gera emprego, aumenta a renda familiar e ajuda a preservar.

O Conselho Nacional dos Seringueiros (CSN) está descobrindo grandes mercados no centro-sul do país para os produtos da floresta, já conseguem comercializar atualmente 12 toneladas de polpa de frutas e 60 mil quilos de peixe por mês. O mercado poderia ser ampliado em muito se fosse melhor organizado, se tivessem parcerias com empresas ou cooperativas que trabalham com frutas e câmaras frias para estocagem do peixe, pois atualmente contam com apenas uma

câmara fria na Reserva Chico Mendes com capacidade de apenas 12 toneladas/mês . A comercialização ainda se faz por encomenda. (Garcia, 2002).

Estudos realizados pela ECOTEC (Empresa de Consultoria Técnica) e FUNTAC (Fundação Técnica do Acre) apontam que a renda familiar nas *Resexs* incluindo borracha, castanha, animais domésticos, carne de caça, culturas alimentares, frutos silvestres, cipós e lenha podem chegar a US\$ 2,370.00/ano por unidade produtiva. Como cada família conta com 2,3 membros em média de mão-de-obra, teríamos uma renda de US\$ 1,030.00 por trabalhador o que significa rendimento superior a 60% da população urbana da região norte.

Esses dados evidenciam a viabilidade econômica das Reservas extrativistas, mas para isso é preciso reverter as condições atuais, para que a idéia da sustentabilidade deixe de ser apenas um ideal para se tornar uma possibilidade concreta de desenvolvimento sustentado, não apenas para a Reserva extrativista Rio Ouro Preto, mas também para o contexto amazônico.

Para reverter a atual situação dos moradores da *Resex* Rio Ouro Preto faz-se necessário políticas públicas com ação conjunta dos governos Federal, Estadual e Municipal, que visem operacionalizar mecanismos de infraestrutura para tornar os moradores da Reserva sujeitos capazes de contribuir com o desenvolvimento regional. Não relegando-os apenas a condição de subsistência precária, onde o existir é reduzido ao limite da sobrevivência; modificar esse quadro implica em torná-los agentes do desenvolvimento regional e não apenas meros guardiões da floresta.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Januário. A colonização agrícola das novas terras na Amazônia. In: AMARAL, Januário; SILVA, Maria das Graças Silva Nascimento; SOUZA, Mariluce Paes de. (orgs). **Pesquisa na Amazônia: intervenção para o desenvolvimento**. Porto Velho/RO. Edufro, 2001, p. 73- 84.

CAVALCANTE, Ormifran Pessoa. **A Polêmica em torno do conceito de Reserva extrativista enquanto atividade econômica sustentável**. Universidade Federal do Acre – UFAC. (trabalho monográfico em Economia) Rio Branco – Ac. 1993.

CEMIN, Arneide. **Colonização e Natureza- análise da relação social do homem com a natureza na colonização agrícola de Rondônia** – Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, UFRGS. 1992.

DANTAS, Márcio V. Carvalho. **Limites e possibilidades de um desenvolvimento sustentável.** Universidade Federal do Acre – UFAC (trabalho monográfico em economia) Rio Branco – Ac. 1993.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **Do “Manso” ao Guardião da Floresta** - Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. 1999.

GARCIA JUNIOR, Afrânio Raul. **O Sul: Caminho do Roçado.** Brasília, Distrito Federal, ed. Marco Zero e Universidade de Brasília, 1990

GARCIA, Roseli. (2002). Amazônia: negócios sustentáveis ampliam pequenos empreendimentos. <http://email.bol.com.br/>

MARTINE, George. (org.) **Populações, Meio Ambiente e Desenvolvimento – verdades e contradições.** 2ª ed- Campinas. SP: editora Unicamp, 1996.

MILLIKAN, Brent. **Levantamento de campo Reserva extrativista Rio Ouro Preto.** CNPT/IBAMA, dezembro1992. (Relatório técnico)

SANTOS, Carlos. **Impacto da Colonização em Rondônia 1970/1996.** Tese de Doutorado. Rio de Janeiro 1996.

_____. Território e territorialidade. **Caderno de Criação. Ano VII, N° 21- março de 2000.** Porto Velho-Ro. Universidade Federal de Rondônia (UFRO) – Centro de Hermenêutica do Presente.

TEIXEIRA, Carlos Corrêa. **Visões da Natureza: seringueiros e colonos em Rondônia.**São Paulo Educ. 1999.

VIOLA, Eduardo (orgs.) **Incertezas de Sustentabilidade na Globalização.** Campinas. São Paulo: Editora da Unicamp,1996.